

Dívida mobiliária federal cresce 178% em 92 e atinge Cr\$ 431 tri

A dívida mobiliária federal cresceu 178,06%, em termos reais (acima da inflação) em 1992, atingindo Cr\$ 431 trilhões ao final de dezembro, informou ontem o Banco Central. Esse crescimento deveu-se basicamente à prática de altas taxas de juros pelo Banco Central. Usando a justificativa do desequilíbrio fiscal, o BC elevou os juros como estratégia de combate à inflação e de financiamento dos títulos emitidos para captar os cruzados novos desbloqueados.

Os cruzeiros emitidos por conta do acúmulo de divisas cambiais resultante da política econômica do ex-ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, também foram recolhidos via elevação de juros. Sempre que questionados sobre o aumento real da dívida mobiliária, as autoridades e os técnicos do BC alegam que a dívida mobiliária cresceu enquanto houve queda da dívida externa e da dívida interna em cruzados novos, a partir da devolução do dinheiro bloqueado pelo Plano Collor.

Além disso, argumentam que, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), a dívida mobiliária representa hoje 55,2% do que era em dezembro de 1989, auge da especulação financeira no governo Sarney. Segundo os dados do BC, a dívida mobiliária é igual a 8,4% do PIB, contra 15,2% em dezembro de 1989. Na comparação entre os valores em moeda corrente, atualizados pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), a dívida mobiliária hoje representa 61,7% do que era em dezembro de 1989 e 71,8% do que era em fevereiro de 1990, 15 dias antes do Plano Collor.

A dívida mobiliária é aquela feita através da captação de dinheiro no mercado financeiro, em troca de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central. Uma das pressões sobre a dívida mobiliária, em 1992, foi a devolução dos cruzados novos bloqueados pelo Plano Collor. De março de 1990 a julho de 1991, o governo pagou juros de 6% mais a correção

monetária pelos recursos bloqueados.

A partir do início da liberação, em agosto, os recursos desbloqueados tiveram de ser captados novamente a juros de mercado, para evitar que o aumento de dinheiro em circulação pressionasse os preços. Outra fonte de aumento da dívida mobiliária foi o acúmulo de reservas internacionais, intensificado a partir da maior abertura do País aos investidores estrangeiros. Cada dólar que entra no País tem de ser trocado por moeda nacional, provocando emissão monetária.

A entrada maciça de dinheiro externo, em 1992, obrigou o governo a emitir cruzeiros, tendo que recolhê-los, em seguida, por meio de títulos. Muitos economistas ainda criticam o governo por ter captado reservas em demasia, pagando internamente juros mais caros do que aqueles conseguidos na aplicação dos dólares no mercado financeiro internacional.